

PROF. LEONARDO AQUINO



SIMULADO TSE AJAA

P R O V A 0 1

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a Folha de Respostas, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para rascunho

-PROVA OBJETIVA-

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1

Em relação aos atos administrativos e aos agentes públicos, julgue o item subsequente.

Em regra, a administração pública não depende de decisão judicial para executar os próprios atos.

2

Considerando os poderes e os princípios da administração pública e a organização administrativa, julgue o próximo item.

Se um prefeito desapropriar imóvel privado a fim de atingir um desafeto político seu, ficará caracterizado desvio de finalidade, ainda que a referida autoridade seja competente para o ato e este seja, em tese, cabível.

3

Considerando os poderes e os princípios da administração pública e a organização administrativa, julgue o próximo item.

A essência do regime jurídico das autarquias deve amoldar-se à sua respectiva área de atuação (econômica, cultural etc.).

4

À luz da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o item a seguir.

Na modalidade de licitação diálogo competitivo, há processo administrativo de chamamento público destinado à convocação de interessados em prestar serviços ou fornecer bens, para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto, quando convocados.

5

À luz da Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), julgue o item a seguir.

Define-se empreitada integral como o regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que o contratado é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

6

Julgue o item subsecutivo, a respeito de compras nas organizações públicas.

No edital de licitação, pode-se prever a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, hipótese em que o cálculo do valor estimado da contratação poderá considerar uma taxa de risco compatível com o objeto e com os riscos atribuídos à contratada, consoante metodologia predefinida pelo ente federativo.

7

Julgue o item subsequente, em relação a governança e gestão de contratos de TIC.

De acordo com a legislação atual de licitações e contratos, as modalidades de licitação para a contratação de serviços de TIC são menor preço; maior desconto; melhor técnica e preço; e maior retorno econômico.

8

Acerca da modalidade de licitação diálogo competitivo, julgue o próximo item.

A modalidade diálogo competitivo pode ser adotada na licitação quando for impossível à administração pública definir, com precisão suficiente, as especificações técnicas do objeto.

9

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

A verificação da conformidade das propostas pode ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

Pode-se exigir, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, limitada a 5% do valor estimado para a contratação.

11

Julgue o item subsecutivo, a respeito de compras nas organizações públicas.

A organização pública licitante pode exigir registro cadastral complementar de potenciais fornecedores para o acesso ao edital de licitação e a seus anexos.

12

Julgue o item subsecutivo, a respeito de compras nas organizações públicas.

É vedado à administração pública realizar licitação restrita a fornecedores cadastrados.

13

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

A norma constitucional que prevê o direito de resposta é de eficácia limitada e de aplicabilidade mediata, sendo exigida, pois, a edição de legislação ordinária para tutela desse direito.

14

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

São programáticas as normas constitucionais que asseguram o direito fundamental de todas as crianças e jovens ao acesso à educação básica.

15

Com referência a aspectos diversos pertinentes ao direito constitucional, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Decreto governamental que proíba a realização de manifestação pública mediante a utilização de carros aparelhados e objetos sonoros estará em desacordo com a CF, que garante que todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.

16

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

O cancelamento da naturalização por sentença judicial transitada em julgado implica a perda dos direitos políticos, ficando o indivíduo impedido de alistar-se como eleitor ou eger-se, já que a nacionalidade brasileira é pressuposto para o exercício de direitos políticos.

17

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

Compete privativamente ao Distrito Federal (DF) legislar sobre a remuneração da Polícia Civil do DF.

18

Com referência a aspectos diversos pertinentes ao direito constitucional, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere

que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

Legislar sobre águas é da competência concorrente da União, dos estados e dos municípios.

19

Julgue o item seguinte, de acordo com o entendimento do STF no que se refere à aplicabilidade das normas constitucionais, à organização político-administrativa, aos servidores públicos, aos direitos políticos e à segurança pública.

Compete à câmara municipal, no exercício do controle externo, julgar, com o auxílio dos tribunais de contas competentes, as contas de governo e de gestão do chefe do Poder Executivo municipal.

20

Com referência a aspectos diversos pertinentes ao direito constitucional, julgue o item que se segue. Nesse sentido, considere que a sigla CF, sempre que empregada, se refere à Constituição Federal de 1988.

É vedada a edição de medida provisória pelo presidente da República sobre matéria relativa ao direito civil.

21

Julgue o item que se segue, a respeito das competências do STF e do CNJ, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do STF.

A competência disciplinar do CNJ abrange os magistrados e servidores do Poder Judiciário.

22

Julgue o item que se segue, a respeito das competências do STF e do CNJ, conforme a Constituição Federal de 1988 e o entendimento do STF.

O STF não é instância recursal revisora geral e irrestrita das decisões administrativas tomadas pelo CNJ no regular exercício das atribuições constitucionalmente estabelecidas.

23

Ainda com relação ao direito constitucional, julgue o próximo item.

A vedação de membro do Ministério Público para o exercício de atividade político-partidária impede-lhe a filiação a partido político enquanto ele estiver no exercício de suas funções institucionais.

24

Acerca dos direitos humanos, julgue o item a seguir, considerando as disposições da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A imprescritibilidade do dano ambiental está relacionada à importância do meio ambiente na condição de direito humano fundamental de terceira geração.

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do **texto CB1A1-I**, julgue o seguinte item.

A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos caso fosse eliminada a vírgula empregada logo após “acordos” (último período), por ser seu emprego facultativo nesse caso.

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. Internet: <flacso.redelivre.org.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-II** e às ideias nele apresentadas.

A vírgula empregada no último período do primeiro parágrafo separa orações cujos sujeitos são distintos.

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do **texto CB1A1-I**, julgue o seguinte item.

No penúltimo período, a forma verbal “gozavam” está empregada na terceira pessoa do plural porque concorda com o termo “privilégios”.

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-I** e às ideias nele apresentadas, julgue o próximo item.

Estariam mantidos o sentido e a correção gramatical do texto caso a forma verbal “ativar” (segundo período do texto), estivesse flexionada no plural — **ativarem**.

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. *Poder, governo e território na sociedade contemporânea*. Internet: <flasco.redelivre.org.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-II** e às ideias nele apresentadas.

Pelas relações de sentido estabelecidas no último período do primeiro parágrafo, subentende-se a palavra **território** em seguida ao termo “outro”.

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. *O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes*. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-I** e às ideias nele apresentadas, julgue o próximo item.

No segundo período do texto, a forma pronominal “sua”, em “provocam sua expansão”, tem como referente “as sociedades”.

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíram, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no **texto CB1A1-I** e as relações de coesão nele estabelecidas, julgue o próximo item.

A forma pronominal “eles” (penúltimo período) retoma “Os acordos de 1810” (antepenúltimo período).

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. *Poder, governo e território na sociedade contemporânea*. Internet: <flasco.redelivre.org.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-II** e às ideias nele apresentadas.

No primeiro período do segundo parágrafo, o termo “que” exerce a mesma função sintática em suas duas ocorrências.

33

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Considerando as ideias veiculadas no **texto CB1A1-I** e as relações de coesão nele estabelecidas, julgue o próximo item.

De acordo com as informações do texto, o Brasil, mesmo depois de ter deixado de ser colônia portuguesa, permaneceu por vários anos submetido à tutela inglesa.

34

Texto CB1A2-II

O poder manifesta-se em relações de uso do território, materializado ou virtualizado pelas formas de atuação dos atores sociais locais. Sendo assim, poder é uma relação estabelecida entre interesses divergentes com fins específicos de utilização do território. Os conflitos gerados pelo uso do território também são formas de poder, embora muitas vezes o poder esteja em risco. O poder é a objetivação política do território utilizado para se atingir determinado objetivo, e um de seus recursos é o convencimento do outro.

Quais são os atores sociais que mais partilham o poder e que interesses estão em jogo? Em que esfera social ou política o poder se torna mais ativo? Estamos numa diferenciação entre o poder formal, institucional, e o poder informal advindo dos movimentos sociais. O formal seria aquele da instituição política, vinculada à ideia da esfera municipal, estadual e federal; e o poder informal é o da sociedade civil organizada, incorporado no papel dos movimentos sociais diversos e de seus representantes junto às três esferas que mencionamos.

Não estamos querendo dizer que entre essas escalas não acontecem associações; o que queremos, para fim de análise, é diferenciar seu campo de negociação. Sabemos que, entre essas escalas, ocorrem interferências, seja no poder formal, seja no poder informal, e que, entre esses poderes, há uma dialética na definição das formas de desenvolvimento e de uso no território.

João Márcio Palheta da Silva. Poder, governo e território na sociedade contemporânea. Internet: <flasco.redelivre.org.br> (com adaptações).

Julgue o item que se segue, relativo a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-II** e às ideias nele apresentadas.

O texto é desenvolvido com base na associação entre o conceito de poder e o uso do território.

35

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-I** e às ideias nele apresentadas, julgue o próximo item.

A expressão “O processo”, no último período, refere-se à “formação econômico-social” citada no período anterior.

36

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do **texto CB1A1-I**, julgue o seguinte item.

Sem prejuízo da coerência e da correção gramatical do texto, o trecho “o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal” (último período) poderia ser reescrito da seguinte forma: **o governo português visava precisamente à continuidade da casa reinante em Portugal.**

37

Texto CB1A2-I

Segundo nosso modo de ver, a evolução sociocultural é gerada por uma série de revoluções tecnológicas correspondentes a inovações prodigiosas no aparelho produtivo ou militar. Essas inovações, ao ativar as sociedades onde amadurecem, provocam sua expansão na forma de um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva. Cada etapa corresponde a uma formação econômico-social, vale dizer, a uma combinação específica de modos de produção com certas formas de ordenação da vida social e com conteúdos ideológicos correspondentes. O processo pode ser descrito como uma ruptura provocada pelas contradições entre as inovações acumuladas nas forças produtivas materiais da sociedade e nas relações de produção preexistentes, ruptura esta que aciona o trânsito de uma formação econômico-social a outra.

Darcy Ribeiro. O dilema da América Latina: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1983, p. 25 (com adaptações).

Em relação a aspectos linguísticos do **texto CB1A2-I** e às ideias nele apresentadas, julgue o próximo item.

A correção gramatical e o sentido do segundo período do texto seriam preservados caso o trecho “um processo civilizatório no curso do qual tanto aquelas sociedades como todas as que caem sob sua influência transitam de uma a outra etapa evolutiva” fosse reescrito da seguinte forma: **um processo civilizatório cujo curso aquelas e todas sociedades por elas influenciadas passam de uma etapa evolutiva a outra.**

38

Texto CB1A1-I

A forma peculiar como se processou a independência da América portuguesa teve consequências fundamentais no seu subsequente desenvolvimento. Tendo-se transferido o governo português para o Brasil sob a proteção inglesa e tendo-se operado a independência da colônia sem descontinuidade na chefia do governo, os privilégios econômicos de que se beneficiava a Inglaterra em Portugal passaram automaticamente para o Brasil independente. Com efeito, se bem haja conseguido separar-se de Portugal em 1822, o Brasil necessitou de vários decênios mais para eliminar a tutela que, graças a sólidos acordos internacionais, mantinha sobre ele a Inglaterra. Esses acordos foram firmados em momentos difíceis e constituíam, na tradição das relações luso-inglesas, pagamentos em privilégios econômicos de importantes favores políticos. Os acordos de 1810 foram firmados contra a garantia da Inglaterra de que nenhum governo imposto por Napoleão em Portugal seria reconhecido. Por eles se transferiam para o Brasil todos os privilégios de que gozavam os ingleses em Portugal — inclusive os de extraterritorialidade — e se lhes reconhecia demais uma tarifa preferencial. Tudo indica que, negociando esses acordos, o governo português tinha estritamente em vista a continuidade da casa reinante em Portugal, enquanto os ingleses se preocupavam em firmar-se definitivamente na colônia, cujas perspectivas comerciais eram bem mais promissoras que as de Portugal.

Celso Furtado. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2007, p. 69 (com adaptações).

Acerca de aspectos linguísticos do **texto CB1A1-I**, julgue o seguinte item.

Estariam mantidas a correção gramatical e a coerência das ideias do texto caso o segmento “se bem haja” (terceiro período) fosse substituído por **embora tenha**.

39

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

O alistamento eleitoral é facultativo para os maiores de sessenta anos de idade.

40

Acerca dos princípios do direito eleitoral e dos direitos políticos, julgue o item a seguir.

No texto constitucional, os direitos políticos estão vinculados ao exercício da soberania popular, restritos, portanto, aos direitos de votar e de ser votado.

41

Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue os itens a seguir.

O regime democrático e o princípio da separação dos poderes restringem a atuação do Ministério Público Eleitoral ao âmbito judiciário, a partir da deflagração do processo eleitoral.

42

Com relação à organização, às funções e à atuação do Ministério Público Eleitoral, julgue os itens a seguir.

O princípio da independência funcional veda ao procurador geral da República acumular encargos próprios do procurador-geral eleitoral.

43

Considerando as disposições legais e doutrinárias acerca do alistamento eleitoral, julgue o seguinte item.

Admite-se como domicílio eleitoral qualquer lugar onde o eleitor possua vínculo específico, seja ele familiar, econômico, social ou político, uma vez que esse domicílio é definido como o local, permanente ou não, de residência do eleitor.

44

Considerando as disposições legais e doutrinárias acerca do alistamento eleitoral, julgue o seguinte item.

Para concorrer às eleições, o candidato deve possuir domicílio eleitoral na circunscrição respectiva por prazo superior ao exigido para a filiação partidária.

45

Tendo em vista as inovações legislativas feitas no Brasil, desde 1995, com o objetivo de incrementar a participação feminina na política, julgue o próximo item.

A comprovação de fraude na quota de gênero terá como consequência eleitoral a cassação de diplomas ou mandatos não apenas das candidaturas fictícias, mas de todos os candidatos vinculados a elas, seguida de *retotalização* dos resultados.

46

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

São inelegíveis os inalistáveis.

47

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

Para concorrerem a outros cargos, presidente da República, governador de estado, governador do Distrito Federal e prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

48

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

É condição de elegibilidade, na forma da lei, a idade mínima de trinta e cinco anos para governador de estado.

49

Acerca das disposições constitucionais sobre direitos políticos, julgue o item a seguir.

É condição de elegibilidade a cargo parlamentar ser brasileiro nato.

50

No que diz à inelegibilidade regulada pela Lei Complementar n.º 64/1990, julgue o item subsequente, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores.

Situação hipotética: José, condenado por comercializar CDs falsificados, o que foi configurado crime de violação a direito autoral, cumpriu fielmente as penas, tendo a restritiva de direitos sido cumprida integralmente em 26/3/2020. Ele pretendia se candidatar para o cargo de prefeito nas eleições de 2020. **Assertiva:** Para as eleições de 2020, José encontrava-se inelegível pela prática de crime contra o patrimônio privado.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

Em relação a aspectos comportamentais da organização e a convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

Tanto nas organizações públicas quanto nas privadas, é permitido fazer o que a lei não proíbe, de modo a se atender plenamente o princípio da legalidade.

52

Em relação a aspectos comportamentais da organização e a convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

O planejamento estratégico tem como objetivo otimizar determinada área de resultado mediante a decomposição dos objetivos, das estratégias e das políticas da organização.

53

Julgue o próximo item, relacionado a aspectos diversos pertinentes a planejamento estratégico.

Conforme o modelo Porter de pensamento estratégico, o poder de barganha dos fornecedores se torna mais forte quando eles concorrem contra produtos substitutos.

54

Julgue o próximo item, relacionado a aspectos diversos pertinentes a planejamento estratégico.

Situação hipotética: Elvira, estagiária da área de planejamento organizacional, entende que o resultado final do planejamento estratégico consiste no estabelecimento de agenda de trabalho por período de tempo que permita à instituição trabalhar levando em conta as prioridades estabelecidas e as exceções justificadas. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Elvira está correto.

55

Julgue o próximo item, relacionado a aspectos diversos pertinentes a planejamento estratégico.

Situação hipotética: Rafael, gestor da área de planejamento organizacional, defende que o sistema de controle e avaliação do planejamento estratégico deve basear-se na relação entre custos e benefícios, e que, para tal, deve-se implementar setor específico, centralizado e diretamente subordinado à alta administração, para a apuração dos valores financeiros envolvidos. **Assertiva:** Nessa situação, o entendimento de Rafael está correto.

56

Em relação a ferramentas gerenciais, julgue o próximo item.

Sob a perspectiva de aprendizagem, o BSC (balanced scorecard) deve considerar aspectos organizacionais como competências e motivação dos membros da equipe.

57

Em relação a aspectos comportamentais da organização e a convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

A liderança está associada a estímulos que possam motivar as pessoas para a realização da missão, da visão e dos objetivos organizacionais.

58

Julgue o item a seguir quanto às funções da administração: planejamento, organização, direção e controle.

O propósito da liderança é alcançar e manter o engajamento das

pessoas com o trabalho orientado para fins institucionais e para o interesse público, sendo isenta de critérios de valor.

59

Acerca da desburocratização na administração pública, da eficiência, da eficácia e da efetividade organizacional, da gestão de resultados e da solução de conflitos, julgue o item a seguir.

A mediação é uma forma de resolução de controvérsias administrada por um conciliador, ao qual cabe sugerir a melhor solução conforme seu ponto de vista.

60

No que se refere à cultura organizacional, julgue o seguinte item.

Cabe ao gestor público alterar e melhorar o clima organizacional do seu departamento, intervindo nos elementos que o compõem.

61

Em relação a aspectos comportamentais da organização e a convergências e divergências entre a gestão pública e a gestão privada, julgue o item que se segue.

A motivação é fator necessário e suficiente para que um profissional alcance um bom desempenho.

62

Julgue o item seguinte, referente à gestão por processos.

Na normatização, primeira etapa da melhoria de processos, elaboram-se normas e fluxos bem como a documentação de apoio para viabilizar a operacionalidade dos processos.

63

Julgue o item seguinte, referente à gestão por processos.

A gestão por processos fundamenta-se na melhoria contínua de processos críticos, com foco constante nas necessidades dos clientes, a fim de alcançar o desempenho desejado e a maturidade organizacional.

64

Julgue o item seguinte, referente à gestão por processos.

Uma vez definidas as metas dos itens de controle da qualidade, a unidade de gerenciamento deve decidir como será controlada a efetividade dos processos por meio da elaboração de uma matriz da qualidade.

65

Acerca da gestão da qualidade aplicada na gestão pública, julgue o item seguinte.

O uso do ciclo PDCA não apenas prioriza a melhoria contínua de processos organizacionais, como também propicia o teste, a validação ou a negação de soluções para diferentes desafios.

66

Acerca da gestão da qualidade e do modelo de excelência gerencial, julgue o item que se segue.

Princípio fundamental da gestão da qualidade, o foco no cliente baseia-se na busca pelo atendimento pleno das necessidades do cliente e na superação das suas expectativas.

67

Acerca da gestão da qualidade e do modelo de excelência gerencial, julgue o item que se segue.

A gestão da qualidade implica mudanças na estratégia e na cultura organizacionais, assim como na revisão sistemática de procedimentos.

68

Julgue o item a seguir, relativo às ferramentas de gestão da qualidade.

O diagrama de Pareto é usado quando se deseja identificar, explorar e ressaltar as possíveis causas de problemas, considerando-se a relação entre o resultado e as suas possíveis causas.

69

Acerca da gestão da qualidade aplicada na gestão pública, julgue o item seguinte.

Para elaborar e implementar indicadores de qualidade dos serviços de tecnologia da informação, a PGE/RJ pode valer-se do processo de *benchmarking*.

70

Julgue o item a seguir, relativo às ferramentas de gestão da qualidade.

As folhas de verificação, ferramentas relevantes para se alcançar a qualidade, contribuem para a diminuição de erros e a melhor interpretação da situação analisada.

71

Acerca da desburocratização na administração pública, da eficiência, da eficácia e da efetividade organizacional, da gestão de resultados e da solução de conflitos, julgue o item a seguir.

A eficiência dos processos é condição para o uso racional e adequado dos recursos públicos e a consequente efetividade das políticas públicas.

72

Acerca da desburocratização na administração pública, da eficiência, da eficácia e da efetividade organizacional, da gestão de resultados e da solução de conflitos, julgue o item a seguir.

A desburocratização visa diminuir o impacto da estrutura burocrática na economia e na vida social.

73

Em relação à excelência nos serviços públicos, julgue o item que se segue.

A excelência da gestão pública pressupõe estruturação de sistemas de remuneração e de gestão do desempenho sintonizados com os paradigmas do gerenciamento por resultados.

74

Acerca da desburocratização na administração pública, da eficiência, da eficácia e da efetividade organizacional, da gestão de resultados e da solução de conflitos, julgue o item a seguir.

É correto afirmar que o modelo de gestão propício à criação de valor é aquele que se orienta para a obtenção da maior eficiência e eficácia das atividades internas focadas em resultados.

75

Acerca da trajetória da administração pública brasileira, julgue o item seguinte.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um exemplo de instrumento voltado a promover a gestão por resultados na administração pública brasileira.

76

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

Na busca de um profissional especializado e diferenciado para o exercício de uma função estratégica na organização, o *business partner* é o mais indicado para realizar o recrutamento misto e a seleção de tal profissional.

77

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

São vantagens de um processo de recrutamento externo o aproveitamento de conhecimentos previamente adquiridos pelos candidatos e a possibilidade de obter bons resultados de desempenho em curto prazo.

78

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

Processos de recrutamento e seleção bem estruturados possibilitam a contratação de profissionais alinhados aos objetivos da organização e favorecem a redução de *turnover*.

79

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

Formação de nível superior, domínio da língua espanhola e experiência mínima de três anos em cargo de analista, quando exigidos, são considerados requisitos mentais necessários ao exercício de um cargo, os quais são definidos na fase de análise de cargos.

80

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

Para que um processo de gestão de desempenho alcance os objetivos desejados, é necessário dispor de indicadores de desempenho relevantes para o negócio, com alto grau de complexidade e com períodos de mensuração de longo prazo.

81

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

As unidades de gestão de pessoas têm o objetivo de garantir a contratação de profissionais prontos para o exercício dos cargos, com as competências requeridas já desenvolvidas.

82

A respeito da gestão estratégica de pessoas na administração pública, julgue o item a seguir.

O servidor que, no seu órgão de lotação, é comprometido com os resultados a alcançar, de acordo com os objetivos estratégicos, e é persistente perante obstáculos ou dificuldades possui competência individual orientada a resultados.

83

A respeito da gestão estratégica de pessoas na administração pública, julgue o item a seguir.

A atitude, entendida como elemento constituinte da competência, está associada à aplicação produtiva do conhecimento do profissional, ou seja, ao saber fazer e sua utilização em determinada ação.

84

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue o item subsequente.

A falta de clareza na definição dos pré-requisitos necessários para a progressão na carreira constitui uma desvantagem da adoção da gestão de pessoas por competências.

85

A respeito da gestão estratégica de pessoas na administração pública, julgue o item a seguir.

A competência é reconhecida socialmente, e a própria organização e seus profissionais determinam o que é competência para o grupo a que pertencem.

86

Acerca de aspectos inerentes à gestão de pessoas, julgue o item seguinte.

A adoção de um modelo de gestão por competências possibilita agregar valor à organização e aos indivíduos que nela trabalham, por meio do alcance dos resultados almejados e da promoção do desenvolvimento das capacidades pessoais e profissionais dos colaboradores.

87

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue o item subsequente.

Uma das características do autogerenciamento da carreira consiste em o colaborador assumir o compromisso de buscar processos de aprendizagem e se submeter a eles para adquirir as competências necessárias tanto à atividade atual quanto às futuras.

88

Acerca da gestão de pessoas por competências, julgue o item subsequente.

A reorganização e o reagrupamento dos cargos existentes em determinada organização dificultam a implantação de modelos de gestão de pessoas por competências.

89

No que concerne ao conceito e à tipologia de competências, julgue o próximo item.

As competências individuais são reveladas em situações de trabalho, gerando o vínculo entre conduta individual e estratégia organizacional, e agregando valor social e econômico tanto para o indivíduo como para a organização.

90

No que concerne ao conceito e à tipologia de competências, julgue o próximo item.

A gestão das competências busca alinhar competências individuais e competências organizacionais, sejam funcionais, básicas, seletivas ou essenciais, às estratégias das organizações.

91

Em relação ao orçamento público, julgue o item a seguir.

O princípio da discriminação orçamentária era integralmente cumprido no Brasil até o surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que previa, desde sua primeira versão, a possibilidade de se constituir reserva de contingência.

92

Julgue o item seguinte, no que diz respeito ao sistema de planejamento e orçamento, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos ordinários e adicionais.

O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com a trajetória sustentável da dívida pública.

93

Em relação ao direito financeiro, julgue o item a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os prazos de vigência do plano plurianual não coincidem com o período de mandato do chefe do Poder Executivo que proponha tal plano.

94

Julgue o item seguinte, no que diz respeito ao sistema de planejamento e orçamento, ao plano plurianual, à lei de diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos ordinários e adicionais.

Na lei orçamentária anual, os orçamentos fiscal, de investimento e da seguridade social terão, entre suas funções, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional, quando forem compatibilizados com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

95

Julgue o item que se segue, relativos ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário.

No âmbito da União, compete à comissão mista permanente de senadores e deputados a emissão de parecer prévio sobre os projetos de lei orçamentária e de créditos adicionais, bem como sobre as contas apresentadas pelo presidente da República.

96

Em relação às normas orçamentárias e ao respectivo processo de elaboração e execução orçamentária, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o próximo item.

Em atendimento à execução das programações previstas em emendas parlamentares impositivas, as transferências obrigatórias da União para os estados, Distrito Federal e municípios devem observar o limite constitucional da receita líquida, estando condicionadas à adimplência do ente federativo destinatário daqueles recursos.

97

Julgue o item que se segue, relativos ao ciclo orçamentário e ao processo orçamentário.

É vedada a aprovação de emendas parlamentares que acrescentem novas programações ao projeto de lei orçamentária anual e que não indiquem os recursos necessários, seja por meio de anulações de despesas, seja por meio de receitas erradas ou omitidas.

98

Em relação ao direito financeiro, julgue o item a seguir, com base na Constituição Federal de 1988 (CF) e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na CF devem ser elaborados em observância à lei de diretrizes orçamentárias.

99

Em relação às normas orçamentárias e ao respectivo processo de elaboração e execução orçamentária, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o próximo item.

A elaboração e a execução de planos e orçamentos de todos os entes federados devem refletir a compatibilidade dos indicadores fiscais com a sustentabilidade da dívida.

100

Em relação às normas orçamentárias e ao respectivo processo de elaboração e execução orçamentária, consideradas a CF e a jurisprudência do STF, julgue o próximo item.

O remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra estão condicionados a prévia autorização legislativa.

101

No que se refere às disposições da Lei de Acesso à Informação, ao processo administrativo, à improbidade administrativa, ao ato administrativo e aos direitos e deveres do servidor, julgue o próximo item.

O servidor público que mudar de domicílio em caráter permanente, para exercício em nova sede, no interesse do serviço, fará jus a ajuda de custo para compensar despesas de instalação.

102

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

Nas contratações de bens, o modelo de gestão do contrato, para o acompanhamento da sua execução, deve estar definido no termo de referência.

103

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

Nas licitações de serviços contínuos, o reajustamento será feito pelo critério de repactuação quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

104

Julgue o item subsequente, referente aos serviços públicos, à organização administrativa, à improbidade e às licitações.

Em relação às modalidades licitatórias expressamente previstas nas Leis n.º 8.666/1993 e n.º 14.133/2021, a única diferença entre elas reside na modalidade diálogo competitivo, instituída pela novel legislação.

105

Julgue o próximo item, concernente às licitações e aos contratos administrativos.

O pregão, a concorrência, o convite, o leilão e o diálogo competitivo são modalidades de licitações previstas na Lei n.º 14.133/2021.

106

Relativamente a processo administrativo e contratos administrativos, julgue o item abaixo.

No novo regime das licitações, um dos critérios de julgamento de propostas é o do maior desconto.

107

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

Pode-se exigir, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, limitada a 5% do valor estimado para a contratação.

108

À luz do disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue o item que se segue.

A verificação da conformidade das propostas pode ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

109

Com base nas disposições da Lei n.º 13.709/2018 e da Lei n.º 14.133/2021, julgue o próximo item.

Investidura consiste na aquisição, pelo poder público, mediante dispensa de licitação, de parte de imóvel lindeiro a obra pública, por necessidade de conclusão da obra.

110

Em relação aos direitos dos usuários de serviços públicos, às servidões administrativas, ao registro de preços e aos consórcios públicos, julgue o item a seguir.

Conquanto o sistema de registro de preços se destine a facilitar contratações da administração pública, ele não é de adoção compulsória, pois o poder público pode optar por nova licitação, desde que o faça motivadamente.

111

Acerca de noções de direito administrativo, julgue o item a seguir.

É vedada a forma eletrônica de celebração de contrato administrativo decorrente de processo licitatório.

112

Julgue o próximo item, concernente às licitações e aos contratos administrativos.

A Lei n.º 14.133/2021 veda expressamente a forma eletrônica na celebração de contratos e de termos aditivos.

113

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

A administração pública poderá celebrar contratos com prazo de até 10 anos, caso o objeto da contratação seja material de uso das Forças Armadas.

114

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

A contratação de terceiros para acompanhamento e fiscalização do serviço eximirá de responsabilidade o fiscal do contrato, nos limites das informações recebidas do terceiro contratado.

115

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

O contratado deverá manter, no local do serviço, preposto aceito pela administração para representá-lo na execução dos contratos de fornecimentos de grande vulto.

116

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

Registros que não caracterizem alteração do contrato, como o empenho de dotações orçamentárias, poderão ser realizados por simples apostila.

117

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

Na aplicação das sanções previstas na referida lei, deve-se considerar a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

118

A respeito do processo licitatório na administração pública, da elaboração e da fiscalização de contratos administrativos, julgue o item a seguir, com base na Lei n.º 14.133/2021.

A multa é uma sanção que deve ser calculada segundo o previsto no edital ou no contrato, não podendo ser inferior a 1% nem superior a 50% do valor do contrato.

119

A respeito da contratação de bens e serviços na administração pública conforme a Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue o item que se segue.

O mapa de riscos deve ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação sempre antes da fase de seleção do fornecedor.

120

A respeito da contratação de bens e serviços na administração pública conforme a Instrução Normativa n.º 5/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, julgue o item que se segue.

A fase de seleção do fornecedor inicia-se com o encaminhamento do termo de referência ou projeto básico ao setor de licitações e encerra-se com a publicação do resultado de julgamento após adjudicação e homologação.

- PROVA DISCURSIVA -

Para a realização de seu planejamento estratégico, uma instituição pública realizou a contratação de uma consultoria externa, a qual recomendou a utilização da metodologia *balanced scorecard* para elaboração do mapa estratégico. Considerando a situação hipotética apresentada anteriormente, redija um texto dissertativo, atendendo ao que se pede a seguir.

- 1 Conceitue planejamento estratégico e explique sua finalidade.
- 2 Apresente as perspectivas trabalhadas na metodologia *balanced scorecard* (BSC).
- 3 Descreva a finalidade de cada uma das perspectivas do BSC e exemplifique-as.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	